



Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC

Aos **vinte e cinco dias** do mês de **junho** de **dois mil e vinte quatro**, em segunda convocação, reuniram-se no Auditório Elmano Ferreira Veloso, localizado na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Av. Olivo Gomes, nº 100, Santana, nesta, **Sr. Washington Benigno de Freitas**, Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - COMPHAC, os Conselheiros, **Arq. Sonia Vidal Di Maio** e seu suplente **Arq. Robson Bernardo** – representantes da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo– FCCR, **Arq. Lydia Macharett Frangella** – representante da Secretaria de Gestão Habitacional e Obras – SGHO, **Dra. Arq. Claudia Maria de Almeida** – representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, **Alessandro Rodrigues** – representante do Clube Joseense de Amigos, **Arq. Gabriela Rebouças** – representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos, **Prof.ª Dra. Katerine Roman Barreto** – representante da Universidade Vale do Paraíba – Univap, **Prof.ª Dra. Dilene Zaporoli** e seu suplente **Arq. Prof. Esp. Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca** – representantes da Paulista – Unip, **Mario Lucio Sapucahy** e seu suplente **Arq. Ricardo José Romano Veiga** – representante da Sociedade Amigos do Parque da Cidade Roberto Burle Marx – SAPCRBM. O presidente do Conselho, Sr. Washington Freitas abre a reunião agradecendo a presença de todos e passa para o **primeiro item da pauta**: “Analisar e deliberar sobre a aprovação da ata da reunião de 09/04/2024”, indagando aos conselheiros presentes se a leitura poderia ser dispensada, vez que foi enviada anteriormente por e-mail; havendo a concordância de todos, a ata colocada em votação é aprovada por unanimidade, em seguida, o Sr. Washington Freitas pede a inversão da ordem de pautas, para abordar o **quinto item da pauta**: “Conhecer, discutir e deliberar acerca da “Proposta de intervenção junto à Antiga Estação Ferroviária do Limoeiro” sendo chamado o Arq. Robson Bernardo para iniciar a explanação, lembrando que essa estação deu origem a todo o trabalho para obter a concessão de autorização para o restauro, e das quatro estações é a única que não foi restaurada, pois dentre outros motivos, esse patrimônio foi objeto de invasão por parte de pessoas em situação de vulnerabilidade dificultando a atuação do poder público em relação a intervenção, condição que se manteve até meados do ano de 2023, quando finalmente se deu a retomada de posse o que viabiliza o restauro dessa estação, passa-se a palavra ao Sr. Gláucio Lamarca Rocha, secretário de Mobilidade Urbana do município, que confirma retomada de posse desse bem preservado, possibilitando a reativação da discussão sobre o restauro da estação, porém, esclarece que o assunto em pauta, se refere a obra que está sendo feita próximo a essa edificação e que faz parte do eixo macro viário da cidade, a Via Oeste, lembra também, a existência de uma portaria da União que permite a utilização, por parte do município, da antiga faixa de trilhos para implantação desta via, que nesse trecho, passa junto ao bem preservado, promovendo assim, uma análise sobre a interferência do traçado da Via Oeste na área da estação, sendo assim, houve um ajuste no perfil projetado da via, de maneira a preservar as condições necessárias para a execução do restauro da estação, esclarecendo também, que a área da estação encontra-se cercada de tapume para garantir sua integralidade. O Arq. Robson Bernardo comenta que desde a preservação, foram pensados alguns projetos de ocupação



dessa área de 1200 metros quadrados, cuja administração foi passada para a FCCR em 2016, a Prof.^a Dra. Dilene Zaparoli, questiona se a estação não corre o risco de ficar isolada em função desta via e o Sr. Gláucio Lamarca Rocha, esclarece que a conexão com a cidade, se dará pela integração do calçamento e pela implantação da ciclovia previstos no projeto. A Arq. Sonia Di Maio, complementa que ao seu ver, a via, pode ser interpretada como uma releitura do antigo eixo ferroviário com a integração do calçamento e ciclovia à estação. O Arq. Robson Bernardo alerta para que não se perca com essa implantação o desnível da plataforma. O conselheiro Ricardo Veiga questiona se o projeto de restauro apresentado, será o executado, no que é esclarecido, que está sendo estudada a captação de recurso para o restauro, mas nada impede que futuramente, não se possa rediscuti-lo, visto que se trata de uma proposta feita no ano de 2010. O conselheiro Ricardo Veiga propõe que isso aconteça, principalmente, na direção de se retirar o muro de pedra que faz a contenção nos fundos da estação, e substituí-lo por um talude suave, o que valorizaria o prédio da estação. A Prof.^a Dra. Dilene Zaparoli, propõe um trabalho com um grupo de alunos de arquitetura para desenvolver um projeto de restauro dessa estação, com a intervenção no entorno. O presidente Washington Freitas concorda em disponibilizar o projeto com a proposta de restauro já aprovado no que é acompanhado pelo secretário Gláucio Lamarca Rocha, no que diz respeito ao projeto desse trecho na Via. O Sr. Washington Freitas questiona se mais algum conselheiro gostaria de se manifestar a respeito dessa questão e não havendo quem fizesse uso da palavra, coloca o item em votação, sendo aprovado por unanimidade, em seguida, passa-se ao [segundo item da pauta](#): “Conhecer, discutir e deliberar acerca da “Proposta de Requalificação do Pavilhão de Lavanderia do Parque Vicentina Aranha / forro”, a Arq. Lydia Macharett Frangella – representante da Secretaria de Gestão Habitacional e Obras – SGHO, é chamada para apresentar o item e fazendo uso de projeção digital, lembra que na reunião passada ficou pendente a questão de utilização de manta metalizada na área da lavanderia que não tem o forro, perdendo-se aquela ambiência agradável do madeiramento, surgindo a possibilidade de se usar uma submanta na tonalidade marrom, mas que já havia sido descontinuada, propondo-se então, a utilização das placas de OSB para fazer o acabamento do forro nessa área, oferecendo conforto térmico, resistência contra a mofo, umidade, preço atrativo para o mercado, sendo que se caracterizaria uma intervenção, evitando um “falso histórico”, e não se perderia a ambientação do acabamento em madeira. O conselheiro Ricardo Veiga questiona sobre o forro no beiral externo e recebe a informação de que o beiral não será forrado. A Arq. Sonia Di Maio observa que para a Gerência de Patrimônio Histórico, o importante é preservar a ambiência de galpão nessa área e, ao seu ver, a solução apresentada manterá esse efeito e poderá servir como modelo para essa implementação em outros galpões. O Sr. Washington Freitas questiona se mais algum conselheiro gostaria de se manifestar a respeito dessa questão e não havendo quem fizesse uso da palavra, coloca o item em votação, sendo aprovado por unanimidade, em seguida, passa-se ao [terceiro item da pauta](#): “Conhecer, discutir e deliberar acerca de Proposta para pintura de muro na E.M.E.F de Santana”, a Arq. Lydia Macharett Frangella – representante da Secretaria de Gestão Habitacional e Obras – SGHO, fazendo uso de projeção digital, esclarece que a E.M.E.F de Santana, faz parte de um grupo de 136 edificações construídas no Estado de São Paulo, entre 1890 e 1920, que foram tombadas pelo Condephaat no ano de 2010, e nesse caso,



como um representante do “protomodernismo”, caracterizado pela simplificação de fachadas e formas, iniciando a preocupação pela racionalização da construção e que nas décadas de 30 e 40, culmina no “modernismo”, sendo que, em 2022, a gestão da escola passa do âmbito estadual, para o âmbito municipal, esclarece também que a edificação foi sendo ampliada com a construção de anexos no decorrer das décadas de 50, 60, 70 e 80, em 2010, ela recebe projeto de restauro feito pelo FDE, inclusive com relatório de pesquisa cromática, prospecções dos “estêncil” aplicados nas salas, que poderão auxiliar em futuros trabalhos de intervenção no local, porém, o que está sendo atualmente proposto, é a pintura dos muros da divisa externa da escola, corrigindo sua nomenclatura no padrão da Secretaria de Educação, mas usando a tinta referenciada no projeto de restauro, reduzindo de 15 metros para 2,70 metros a extensão dessa nomenclatura. O Arq. Robson Bernardo lembra que a escola não é preservada pelo município, mas é tombada pelo Condephaat e que passou para a administração do município, por esse motivo, decidiu-se, submeter essa intervenção ao crivo do Comphac para fortalecer e subsidiar a autorização que deverá ser pedida para o órgão estadual de preservação. A conselheira Gabriela Rebouças, questiona o fato de não estar sendo proposto em todas as faces do muro que circunda a escola. A Arq. Lydia Macharett Frangella esclarece que foram escolhidas as faces do muro voltadas para as vias mais movimentadas. O Sr. Washington Freitas questiona se mais algum conselheiro gostaria de se manifestar a respeito dessa questão e não havendo quem fizesse uso da palavra, coloca o item em votação, sendo aprovado por unanimidade, em seguida, passa-se ao [quarto item da pauta](#): “Conhecer, discutir e deliberar acerca de autorização para que as esquadrias tipo guilhotina das galerias de cura do Pavilhão São João sejam restauradas conforme os padrões originais identificados no local, em madeira, e não em metal, como outrora aprovado pelo Comphac”, sendo chamado o Arq. Robson Bernardo para iniciar a explanação e que lembra a reunião que aprovou o primeiro restauro do pavilhão Alfredo Galvão, no Antigo Sanatório Vicentina Aranha, que tem servido de parâmetros para o restauro de outros pavilhões naquela área, dentre as propostas de intervenção aprovadas consta a substituição das esquadrias primitivas em madeira, por reproduções em metal, dada a facilidade de manutenção e perpetuação da esquadria ao longo do tempo, no entanto, essa solução, não tem se mostrado a melhor configuração, principalmente, no que diz respeito ao peso dessas esquadrias com estrutura em perfis metálicos e vidro, que chegam a danificar os pontos de sustentação das mesmas, aumentando o risco de acidentes no seu manuseio, sendo assim, está se propondo a volta da utilização de madeira na reprodução dessas esquadrias. O Sr. Washington Freitas questiona se algum conselheiro gostaria de se manifestar a respeito dessa questão e não havendo quem fizesse uso da palavra, coloca o item em votação, sendo aprovado por unanimidade, em seguida, passa-se ao [sexto item da pauta](#): “Conhecer, discutir e deliberar acerca da retomada do pedido de preservação da Fazenda Felicidade”, em que o Arq. Robson Bernardo, observa se tratar da retomada de um pedido de preservação da sede de uma fazenda, por sua história e valor sentimental por parte de moradores da localidade, lembra que na época da primeira abordagem deste tema, foi apresentado um estudo elaborado pelo arqueólogo Wagner Bernal, onde não se encontrou valor histórico na área, nem valor arquitetônico na edificação, que justificasse sua preservação, porém, o professor Carlos Alberto, tem desenvolvido um estudo sobre a história das fazendas



em nosso município e a importância delas para o desenvolvimento econômico da cidade, principalmente, a partir da década de 1920, quando através da implementação de incentivos fiscais, o município buscou atrair investidores da área rural de fora de São José dos Campos com o intuito de promover a utilização da produção em fazendas, como elementos de sustentação para a industrialização do Brasil e nesse contexto se enquadra a importância dessa “Fazenda Felicidade”. O professor Carlos Alberto é convidado para prosseguir com a exposição e fazendo uso da projeção digital, esclarece que a partir dos estudos realizados para escrever seu último livro sobre a Fazenda Montes Claros, identificou esse potencial campo de pesquisa, começando a aprofundar os estudos sobre a Fazenda Felicidade, que está localizada em uma região ocupada, anteriormente, por Tupis-Guaranis, onde em 2004, foi encontrada uma urna funerária indígena demonstrando já, o valor arqueológico desta área que posteriormente passou a ser loteada a partir do entorno dessa fazenda. O professor relata que no início do século XX, os incentivos fiscais aprovados pela Câmara Municipal para atrair o desenvolvimento rural do município, promoveu a vinda de vários investidores nacionais e estrangeiros, dentre eles o Sr. Varam Keutenedjian de origem armênia que possuía vários empreendimentos em outras áreas do Brasil adquirindo, em 1934, a área da Fazenda Felicidade, onde começou a produção de matérias primas para as indústrias, como “tungue” que é a base para a produção de vernizes, criação de ovelhas e lhamas para extração de lã, que posteriormente deram origem a uma das maiores empresas têxteis do país a “Vicunha Textil, trigo através de uma nova técnica de plantio utilizando tratores “Ferguson” dos quais era representante, fornecendo cursos de manuseio. Em 1948, na viagem com a família para os EUA, sua esposa Claudina falece e o empresário a homenageia denominando a sede da Fazenda Felicidade, de Villa Claudina. Varam tinha, uma importante atuação filantrópica, o que levou a Santa Sé, por ato do Papa Pio XI, outorgar-lhe a Comenda de São João Latrão, passando a ser chamado de Comendador Varam Keutenedjian. No começo de 1950, a fazenda joseense era realçada nos jornais brasileiros com a vinda de técnicos da Secretaria de Agricultura e a própria imprensa para acompanhar o começo dos trabalhos de recuperação do solo, pois o terreno havia sofrido com décadas de uso em plantação intensiva de café e eucalipto, pastagem de gado e queimadas, nesse trabalho de recuperação, os animais haviam sido isolados do local e deixado o surgimento de vegetação nativa. O terreno foi arado e gradeado em curva de nível e tratado com cal, adubo químico e orgânico, passados alguns meses, a Fazenda Felicidade tomou novamente as páginas do jornal Correio Paulistano ao apresentar o resultado do modelo de produção de trigo, a fazenda possuía uma fábrica de doces, em especial de batata-doce, que era plantada no local. Com a morte do patriarca em 1959, os filhos Ubirajara e Marcos passam a estar à frente da fazenda. Durante algumas décadas, a fazenda desenvolveu uma intensa atividade agrícola e pecuária, destacando-se a criação de gado, porcos, frango, a fábrica de doces e funcionou na fazenda, por um bom tempo, uma escola rural até ser construída a Escola Estadual Dinorá de Brito. Com o falecimento de Ubirajara (17 de março de 2002) e Marcos (18 de fevereiro de 2014), os herdeiros começam a parcelar a fazenda até vendê-la por completo. O professor destaca os depoimentos interessantes da relação dos moradores, com a fazenda, os trabalhadores, os estudantes, as pessoas que conviviam ali no entorno. O Sr. Washington Freitas questiona se algum conselheiro gostaria de se manifestar, o conselheiro Mario Lucio



Sapucahy se propõe tentar mostrar que o professor, apesar de enaltecer constantemente a relevância econômica da fazenda, nada mostra que o Sr. Varam tenha investido em São José, mais do que comprado uma fazenda e feito alguns experimentos ali, inclusive as aulas que ele dava de trator, muito provavelmente, era decorrente de sua venda, afirmando também que, São José dos Campos tem uma economia que está muito ligada à produção de cobertores, que tentou criar carneiro, mas nada comprova que ele foi um grande fornecedor de lã para a indústria de tecelagem que havia em São José dos Campos, pois a produção de 200 carneiros, representaria o consumo de lã de dois dias de tecelagem. O conselheiro lembra que o prédio em questão já tinha tido sua relevância arquitetônica, negada pelo arqueólogo Wagner Bornal, não estando inscrito em nenhum momento da arquitetura nacional ou mundial ou da cidade e que acredita que o fato do Sr. Varam ter vindo para cá na década de 20, seja uma coincidência, ele não veio para cá e montou uma indústria aqui ou que a sua fazenda foi significativamente importante para a economia local, pois se assim fosse haveria dados a esse respeito, além de que, segundo o arqueólogo Wagner Bornal, essa sede foi construída ou reformada em 1950, sendo assim, acredita que essa demanda, essa proposta não tenha base suficiente para que o Comphac a preserve, visto que a preservação de uma área, é uma atitude de bastante responsabilidade desse conselho. A arquiteta Gabriela Rebouças considera relevante, o ponto de vista exposto pelo conselheiro no que diz respeito a arquitetura desse prédio, se já sofreu alguma reforma, se tem algum elemento arquitetônico característico da época, se tem alguma relevância histórica para a população, seja para um grupo pequeno de moradores, seja para um grupo grande, visto que, o atual proprietário é uma loteadora, se o próprio proprietário tem interesse ou não nessa preservação, ou se a solicitação, veio somente através desse primeiro munícipe. O Arq. Ricardo Veiga questiona sobre o perímetro que envolveria a preservação. O Arq. Altamir Fonseca manifesta a necessidade de se aguardar um aprofundamento dos estudos sobre essa demanda e recomenda que, por se tratar uma propriedade privada, que já está sendo loteada, fazendo parte de uma gleba, de um projeto, a abordagem que tem sido mais exitosa nesses casos, principalmente, quando não tem uma significância histórica comprovada, mas tem uma significância sentimental para um grupo específico, é a conversão de uso, sugerindo um contato com o proprietário do imóvel, o professor Carlos Alberto esclarece que a fonte da informação que o prédio em questão é no estilo da arquitetura mexicana, é um jornal da década de 30, onde a sede já era citada nessa época, se o motivo para preservar um bem, passa por sua beleza de forma, não teríamos preservado a Estação Ferroviária Limoeiro, que foi preservada não por sua beleza e sim por seu significado histórico, mesmo assim, segundo o professor, essa sede tem uma beleza inerente, quando comparada com as sedes de outras fazendas que foram demolidas, e nesse processo está se deixando que se esqueça o passado, que a sua demolição ocasionará que daqui a 50 anos, ninguém saiba se o que se passou nesse momento, nem que se está se fazendo uma revisão da história, e quando há documentação da administração municipal dizendo que esta fazenda era concorrente de uma outra fazenda na cidade que na mesma época gerava 600 empregos e isso não mostra sua importância econômica para São José dos Campos, ele não sabe o que mais pode provar essa importância, ressalta também, a importância do sentimento, não só dos moradores do entorno, dos trabalhadores, mas para a nossa história que está sendo revisada. O Sr. Washington Freitas



considera que a pesquisa desenvolvida pelo professor apontou algumas questões relevantes, mas acredita que ainda não foi suficiente para subsidiar um posicionamento do conselho, carecendo ainda de um aprofundamento nesse estudo. O Arq. Ricardo Veiga aponta que quando se fala de preservar só o elemento arquitetônico, esse elemento está sobre um terreno, que deve ter uma delimitação, portanto se a preservação abrangesse uma área verde significativa, isso reforçaria o interesse da prefeitura assumir a corresponsabilidade obrigatória na manutenção desse bem. Arq. Sonia Vidal Di Maio esclarece que o posicionamento favorável do GPH pela preservação, é pautado na legislação e tem como visão principal, o seu valor histórico, pois através dessa preservação, conseguimos fechar o ciclo de desenvolvimento da cidade, pois temos a representação dos povos indígenas originais, mediante aos achados arqueológicos em nosso solo, o período de fazenda, onde temos pessoas que vieram e formaram famílias, atraídas pelo investimento na produção por parte de um empreendedor, que através da produção agrícola e implantação de uma escola, possibilitou o surgimento de outros pequenos negócios na região implementando o desenvolvimento nessa área. O conselheiro Mario Lucio Sapucahy propõe um exercício mental onde se imagine a colocação de um guia, nessa sede que se transformou em um museu e esse guia, baseado nas pesquisas do professor, deveria expor a relação dessa fazenda com a história de São José dos Campos, esse guia poderia falar muito sobre o Sr. Varam, que o “Sr. Varam foi isso, que o Varam foi aquilo, que o filho dele...”, mas não há nenhuma foto do Sr. Varam nesse lugar, não tem fotos dos filhos dele nesse lugar, da Sra. Claudina e etc. e o conselheiro considera que esse tipo de documentação é que falta no trabalho desenvolvido pelo professor Carlos Alberto. O professor, argumenta que há a possibilidade de se chamar moradores para testemunharem suas relações com a família Varam, o convívio, e que devem ter fotos que comprovem esse convívio. A conselheira Arq. Lydia Macharett Frangella, lembra que o teórico do Restauro, Alois Riegl, em seu livro “O culto moderno dos monumentos”, estabelece que tudo pode ser um patrimônio, dependendo da história a ser contada, a importância para aquela população e para uma pessoa específica, não é só arquitetura que é um patrimônio, mas a relevância colocada no objeto, a falta de fotos, por exemplo, não impede que uma história seja contada, a arquiteta lembra de sua vivência com o patrimônio histórico e cultural do Exército Brasileiro, onde muitas vezes a narrativa era contada a partir de depoimentos, as vezes, muitos lugares não tem acervo, mas se tem a história oral que se leva em consideração. O Sr. Washington Freitas considera que essa colocação corrobora no sentido de se fazer um aprofundamento dessa pesquisa com depoimentos de moradores e sugere tirar esta pauta de votação e trazer para uma reunião específica. Um dos moradores que acompanham a reunião, manifesta a preocupação com o adiamento da decisão por parte do conselho, em função de haver máquinas trabalhando no local e aproveita a oportunidade para testemunhar detalhes da convivência com a família Varam na fazenda. O Sr. Washington Freitas considera que esse patrimônio tem um significado histórico para esse momento relevante da cidade, que não há tanta relevância arquitetônica em relação a sede, questiona se a preservação desse único elemento vai manter viva a história que tem tanto significado para essa comunidade, lembra que esse conselho já estudou o tema e aprovou a sua não preservação, mas que agora estão sendo trazidos novos elementos, cabendo ao conselho identificar se esses novos elementos são suficientes para preservar o



bem, manter sua não preservação ou se decidir aprofundar a pesquisa. A conselheira Arq. Gabriela Rebouças questiona nessa votação, qual o tamanho do espaço a ser preservado, se corresponde ao prédio, ao terreno com o prédio ou a um entorno maior, pois ao seu ver, é necessária essa definição. O Arq. Robson Bernardo lembra que a pauta se refere à retomada do processo original de preservação e que nesse sentido se restringe à edificação e talvez um entorno imediato que permita o acesso ao bem. A Arq. Sonia Di Maio concorda com a necessidade de se definir um setor, um entorno que ainda não está traçado, o que impede a votação imediata e sugere uma pausa curta, com a formação de uma equipe técnica para definição desses pontos. O presidente questiona sobre os conselheiros que pudessem se dispor a compor essa equipe técnica proposta pela Arq. Sonia Di Maio e não havendo quem se disponibilizasse, propõe a retomada da votação. O Arq. Ricardo Veiga esclarece que a sua colocação de que a partir da preservação de um bem, o município e o Comphac se tornam corresponsáveis, se dá em função da cobrança que a sociedade pode fazer a respeito da manutenção do mesmo. O conselheiro Arq. Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca sugere uma votação intermediária em função do consenso, de que há a necessidade de mais informações, como o mapa do loteamento e se já teria uma delimitação oficial de matrícula, questiona também, sobre a possibilidade de um congelamento do processo para um trabalho de inventariação desta edificação, que subsidiaria uma votação por parte do conselho. A Arq. Sonia Di Maio esclarece que a partir do pedido de preservação, protocolado na Câmara Municipal, o bem, estará salvaguardado na hora que ele é protocolado. O presidente Washington Freitas propõe a votação, baseado nos elementos apresentados, se são suficientes para a retomada do processo de preservação da sede da Fazenda Felicidade, sendo aprovada a retomada do processo de preservação da sede da fazenda, por 3 votos favoráveis, 2 votos contra e 4 abstenções. A conselheira Dilene Zaparoli justifica seu voto citando a teoria de Alois Riegl que diz que o valor das coisas a serem preservadas, parte do princípio do valor atribuído à comunidade, e como a documentação apresentada nesse processo não especifica se esse valor atribuído ao bem é de uma família, de 100 pessoas, de mil pessoas ou se é para o município, sugere que seja anexado ao processo, uma lista, um abaixo-assinado, fortificando a ideia de se tratar de um valor histórico somente, um valor de lugar ou um valor de coisas que aconteceram naquele lugar a favor as pessoas envolvidas. A conselheira Arq. Lydia Macharett Frangella apoia as últimas colocações feitas, afirmando a necessidade de se ter mais elementos que vão corroborar com a decisão a ser tomada pelo Comphac. A conselheira Arq. Gabriela Rebouças, lembra de que, quando estagiou no GPH tomou conhecimento da importância que um abaixo-assinado pode ter no respaldo de um processo de preservação. Não havendo mais, quem quisesse fazer uso da palavra nessa questão, o presidente Washington Freitas, declara aprovada a retomada do pedido de preservação da Fazenda Felicidade, em seguida, passa-se ao **oitavo item da pauta**: “Apresentação do Projeto Executivo de Restauro Arquitetônico e seus complementares a Antiga Fábrica de Cerâmica dos Irmãos Weiss”, onde a Arq. Dilene Zaparoli, fazendo uso da projeção digital, inicia a apresentação lembrando que esse processo começou já há muito tempo dentro do conselho, quando se chegou a fazer uma visita técnica nos remanescentes da fábrica, inclusive com resgate arqueológico, isso em meados de 2013, onze anos depois, um empreendedor está fazendo um projeto para a implantação de um



condomínio residencial e a partir de um projeto de restauro básico já aprovado pelo Comphac, foi contratada a execução do projeto executivo que antecede a obra, iniciou-se com um levantamento fotográfico bem detalhado, apontando a situação atual e as patologias, o levantamento métrico-arquitetônico que deu origem as plantas e demais desenhos da situação atual, sempre levando em conta o projeto executivo, mapeamento de danos que levará a um orçamento fiel nessa intervenção de restauro, diretrizes de intervenção que subsidiam o projeto executivo com as indicações de restauro, os projetos complementares, o orçamento, elaboração do e-book e elaboração do site desse projeto que já está disponível, lembra também, que esse trabalho abrange apenas aos remanescentes da antiga fábrica, mas tendo o foco de que, apesar do uso particular do empreendimento, a cidade poderá contemplar o restauro das fachadas, com o empreendimento utilizando as instalações com o implantação de uma ginásio esportivo no galpão principal, área de convivo, salão de espera e de festas, afirmando que um dos grandes desafios do projeto foi o painel cerâmico completamente destruído que será restaurado e que haverá iluminação cênica para valorizar esses remanescentes, passando a detalhar o e-book produzido que deu origem a um livro impresso com recursos próprios, mas que está disponível para download. O Arq. Robson Bernardo esclarece que esse projeto executivo se encontra em análise junto ao GPH. O presidente Washington Freitas agradece a apresentação feita e dando prosseguimento à reunião, inclui para deliberação do conselho uma questão referente ao Cine Paratodos. O Arq. Robson Bernardo, fazendo uso de projeção digital, informa que os atuais empreendedores desse bem preservado já executaram, praticamente, todas as intervenções exigidas pelo conselho para a sua regularização, faltando somente o restauro de algumas soleiras nas portas de entrada do antigo cine, onde no projeto aprovado, pede-se o seu restauro em granilite, mas que devido as dificuldades que estão sendo encontradas, os empreendedores, solicitam que o conselho aprove a restauração destas soleiras, no mesmo acabamento executado nas escadas reconstruídas e aprovado pelo conselho, que é o acabamento dos degraus em cimento queimado pigmentado na mesma cor do granilite primitivo usado no prédio. O Sr. Flavio Mattioli, representante dos atuais empreendedores, lembra que essas soleiras que precisam ser restauradas, são remanescentes de intervenções anteriores feitas no prédio sem autorização. A Arq. Sonia Di Maio apresenta sua visão de que as soleiras devem ser em granilite, pois se localizam diretamente na fachada, sendo um material que compõe uma época, um período e que caracteriza a arquitetura Art déco. O presidente abre a palavra para quem queira se manifestar. O conselheiro Ricardo Veiga elogia o bom trabalho que os empreendedores tiveram ao restaurar o piso em ladrilho hidráulico de todo o saguão de entrada e considera valido o posicionamento da Arq. Sônia Di Maio de se fazer essas soleiras em granilite, visto que é um elemento de fachada. Colocada em votação, a solicitação de autorização para executar o restauro das soleiras das portas de entrada em cimento queimado, não é aprovada, devendo as soleiras serem restauradas em granilite conforme projeto aprovado. O presidente agradece à participação do representante dos empreendedores Flávio Mattioli e do Arq. Ronaldo Rodrigues Garcia, autor do projeto de restauro do Cine Paratodos e passa para o próximo assunto que é a autorização de colocação de um mastro de ferro e corrente na entrada da rua lateral a sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, de maneira a



impedir a invasão de veículos nessa área, colocada a autorização em votação no conselho, esta é aprovada por unanimidade e não havendo mais assunto a ser tratado, o Sr. Washington Freitas agradece novamente a presença de todos e dá por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata, em 9 folhas, vai assinada pelo Presidente.

Washington Freitas
Presidente do COMPHAC